

Quando o Brasil

Economia - Brasil

RITMO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA REFLETE NO MERCADO DE TRABALHO, QUE NUNCA VIVEU MOMENTO TÃO BOM

A VEZ DO EMPREGO

MARCELO TOKARSKI E
MARIANA FLORES
DA EQUIPE DO CORREIO

A estabilidade monetária e a retomada do ritmo de crescimento da economia vêm mudando a cara do mercado de trabalho brasileiro. Após o desemprego ter marcado os anos 1990, o país parece mergulhado em uma nova fase. Por um lado, as taxas de desocupação estão em queda, o que mostra uma melhora quantitativa desse mercado. Por outro, ganha terreno a formalização e cresce a renda dos trabalhadores. É a chamada melhora qualitativa. Na avaliação de especialistas ouvidos pelo **Correio**, esse movimento pode até reduzir sua velocidade daqui para frente, mas a trajetória de alta está garantida pelos próximos dois ou três anos.

Após a crise de 2003, quando a taxa de desemprego atingiu o pico de 13% nos meses de junho e agosto e acabou fechando o ano com média de 12,3%, a trajetória de recuperação é cada vez mais acentuada. Nos primeiros 11 meses de 2007, a taxa média apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou em 8,6%, o mais baixo patamar da história. O mercado formal segue a mesma toada. De janeiro a novembro deste ano, foram criadas mais de 1,9 milhão de vagas com carteira assinada, um recorde absoluto. Desde 2000, já foram gerados 8,6 milhões de empregos formais.

“Esse boom do emprego é fruto do crescimento econômico. Quando a economia anda, o mercado de trabalho reage positivamente”, define Cláudio Salvadori Dedecca, professor de economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Não significa dizer que, com a melhora do quadro geral, o paciente saiu da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). A taxa de desemprego, hoje em 8,6%, está bem abaixo dos 13% recordes registrados ao longo de 2003, mas ainda é considerada elevada. A taxa ideal, definida como pleno emprego, deve ser entre 2% e 5%.

Mesmo assim, a expansão da oferta de vagas beneficia pessoas como Aricélio Aleixo Ferreira. Após um ano desempregado, virando-se com bicos como ajudante de pedreiro, ele conseguiu um emprego como estoquista de uma loja de sapatos localizada na Asa Sul. A carteira de trabalho voltou a ser assinada este mês e ele já faz planos. Com um salário em torno de R\$ 460, ele sonha comprar um carro ou cursar a faculdade de engenharia química. Mas primeiro vai concluir o ensino médio e torce para que nunca mais fique sem emprego. “Levei currículos, fiz entrevistas, mas foi muito difícil conseguir. Ainda bem que deu certo.”

Marcelo Ferreira/CB



ARICÉLIO ALEIXO FERREIRA CONSEGUIU EMPREGO DE ESTOQUISTA E JÁ SONHA CURSAR UMA FACULDADE

A força do PIB
No entender dos economistas, a principal explicação para o atual momento de forte expansão do emprego é mesmo o crescimento econômico, garantido principalmente pela estabilidade monetária. Quem melhor espelha os impactos desse fenômeno é a chamada elasticidade PIB/emprego — indicador que aponta o quanto sobe o nível de emprego a cada 1% de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país.

De 1984 a 1989, a elasticidade era de 0,8%. Como nesse período a economia cresceu em média 4,5% ao ano, o emprego se expandiu 3,6% ao ano. No auge do Plano Real (1993-1998), época em que as empresas enxugaram seus quadros, essa elasticidade despencou para 0,3%. Nesse período, o PIB se expandiu em ritmo menor, 3,3% ao ano. Com a baixa elasticidade, o emprego cresceu só 1% ao ano.

Já no período mais recente (2004-2006), novamente marcado por um crescimento econômico robusto (média de 4,2% ao ano), a elasticidade PIB/emprego elevou-se a um patamar razoável, de 0,7%. Com isso, o nível de emprego voltou a crescer no patamar de 3% ao ano. Agora, em 2007, quando o PIB deve aumentar entre 5% e

5,5%, o nível de emprego terá uma expansão ainda maior, de 3,5% a 3,8%.

“Ao longo dos anos 1990, a forma utilizada para garantir a estabilidade econômica, com juros altos e câmbio forte, foi eficaz, mas socialmente cruel. O desemprego dobrou, a renda despencou e a desigualdade cresceu”, diz o economista José Celso Cardoso Júnior, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No entanto, afirma o pesquisador, esse cenário se inverteu nos últimos anos. Com o recente ciclo de crescimento econômico, as empresas novamente precisaram se reestruturar para atender a demanda, e com isso repuseram a mão-de-obra dispensada na década passada. “Estimuladas a investir, as empresas voltaram a contratar, na maior parte para repor parte, do efetivo dispensado nos anos 1990. Isso é consequência do fim do ciclo de ajuste produtivo”, explica.

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ressalta o perfil do atual ciclo de crescimento do emprego. Segundo ele, é um movimento heterogêneo, difundido por toda a economia e que atinge todos os estados do país. “Vivemos um movimento continuado de crescimento do emprego. Além disso, esse crescimento é heterogêneo, espalhado por todos os setores”, afirma. Otimista, Lupi prevê a criação de 2 milhões de empregos com

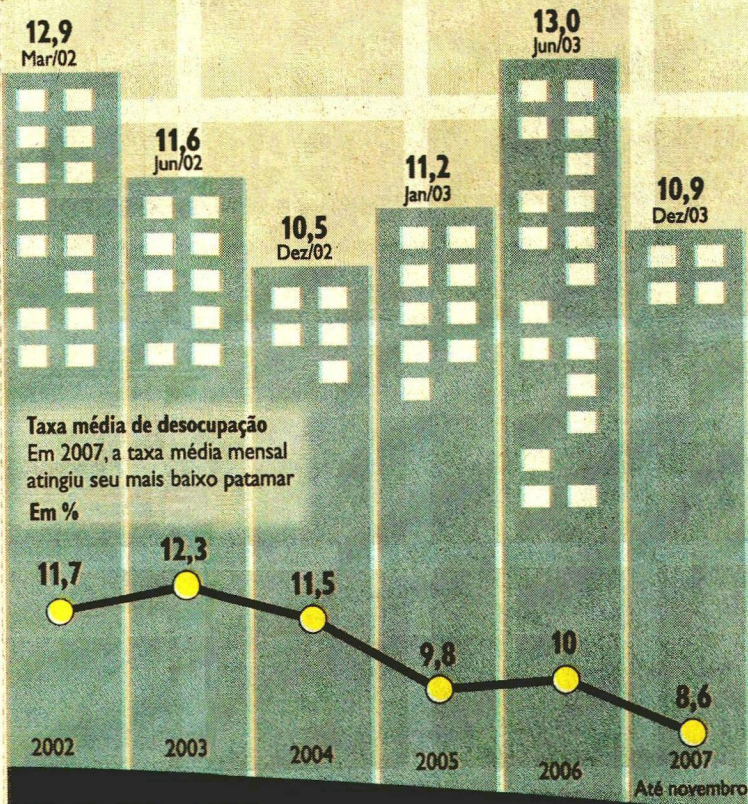
carteira assinada em 2008. “Tudo conspira a favor, principalmente a estabilidade econômica e o crescimento da renda entre os mais pobres”, diz o ministro, que aposta em um ciclo de pelo menos mais três anos de expansão do emprego.

Reforma
O comportamento do mercado de trabalho surpreende e joga por terra a tese de que a legislação trabalhista, concebida na década de 1940, era a responsável pelos altos índices de desemprego. No início de seu primeiro mandato, o presidente Lula tentou promover uma reforma trabalhista, atrelada a mudanças na estrutura sindical do país. Para isso, criou o Fórum Nacional do Trabalho, que durante dois anos reuniu representantes do empresariado, dos trabalhadores e do próprio governo. O Fórum até chegou a enviar ao Congresso uma proposta de reforma sindical — a trabalhista até hoje não foi concluída —, mas a falta de consenso em relação aos principais pontos se refletiu no Parlamento, onde o projeto permanece engavetado.

“Com ou sem reforma trabalhista, não há geração de emprego sem crescimento da economia. Isso explica o atual boom no mercado de trabalho brasileiro”, diz Dedecca, da Unicamp. “O problema do país não era a reforma trabalhista. Prova disso é que hoje as empresas sequer ousam discutir o marco regulatório das relações de trabalho. Elas se importam mais com a taxa de juros, os gargalos da infra-estrutura, a taxa de câmbio”, ressalta.

Para a economista Cláudia Oshiro, da consultoria Tendências, essa recuperação dos índices se deve mesmo ao aquecimento da economia, uma vez que não houve qualquer mudança estrutural na legislação. “Claro que o crescimento poderia ser ainda maior com mudanças na lei trabalhista, mas a força da atividade econômica está sendo suficiente por enquanto. E esse movimento deve durar mais dois ou três anos”, afirma.

De acordo com o economista Cardoso Júnior, do Ipea, é falsa a tese de que uma reforma trabalhista resolveria todos os problemas do mercado brasileiro. Segundo o pesquisador, o custo do trabalho não é o principal determinante para o crescimento do nível de emprego. “No Brasil, onde a mão-de-obra é barata, o custo de capital é muito mais relevante. Tanto que há 10 anos o custo do trabalho vem caindo”, diz o economista. Na indústria, por exemplo, o peso da folha salarial mais encargos no custo total caiu de 19% em 1996 para 12,4% em 2003. “Se não houver nenhuma surpresa no front externo, o crescimento da economia, principalmente o dinamismo do mercado interno, deve continuar se refletindo no mercado de trabalho pelos próximos três anos”, reforça Dedecca.



O BOOM DO EMPREGO

Veja abaixo os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro

Evolução da taxa de desemprego
Acompanhe o gráfico com a taxa de desocupação medida pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país

Renda média mensal
Apesar da melhora no mercado de trabalho, o rendimento médio dos trabalhadores ainda não recuperou o mesmo nível do início da década

2002	R\$ 1.189,35	R\$ 1.173,34	R\$ 703,55
2003	1.048,70	1.085,76	644,20
2004	1.087,50	1.089,33	650,68
2005	1.078,70	1.087,88	681,42
2006	1.081,60	1.134,12	702,92
2007	1.090,32*	1.102,02*	730,85*

Emprego formal
O número de vagas com carteira assinada criadas no país por ano

	657.596	591.079	762.414	645.433	1.523.276	1.253.981	1.228.686	1.936.954
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Média mensal	54,8 mil	49,2 mil	63,5 mil	53,8 mil	126,9 mil	104,5 mil	102,4 mil	176 mil

*Média mensal medida até novembro

Fontes: IBGE e Caged/MTRE